

SUMÁRIO

NOTA À 10.^a EDIÇÃO	7
LISTA DE ABREVIATURAS	13
NOTA INTRODUTÓRIA	15
CAPÍTULO I	
1. Aspecto terminológico: a palavra “recurso”	19
2. Os componentes do recurso.....	21
2.1 Pressão psicológica.....	21
2.2 Anseio de preservação do “justo”	27
2.3 Temor da irreparabilidade do dano jurídico.....	36
3. Primeira abordagem sobre os recursos extraordinário e especial, à leitura dos respectivos permissivos constitucionais.....	43
CAPÍTULO II	
1. Os meios de impugnação	47
2. Enquadramento dos recursos extraordinário e especial dentre os meios de impugnação.....	52
3. O “preparo”	60
CAPÍTULO III	
1. A chamada “crise do Supremo”: origens e tentativas de superação	73
2. Análise de algumas dessas tentativas	81
2.1 Arguição de relevância	81
2.2 Óbices regimentais	89
2.3 Aumento do número de ministros	98
2.4 Outras providências, de caráter normativo.....	102
CAPÍTULO IV	
1. Superior Tribunal de Justiça: breve histórico de sua concepção. Sua consagração na atual Constituição Federal	107
2. Distribuição do tradicional conteúdo do recurso extraordinário entre o STF e o STJ.....	115

CAPÍTULO V

1. Recursos extraordinário e especial: enquadramento dentre os recursos “excepcionais”	124
2. Recursos extraordinário e especial: características comuns	127
2.1 O prévio esgotamento das instâncias ordinárias	128
2.1.1 O conceito de “causa decidida”	135
2.2 Não são vocacionados à correção da injustiça do julgado recorrido	153
2.3 Não servem para a mera revisão da matéria de fato	161
2.4 Apresentam sistema de admissibilidade desdobrado ou bipartido.....	174
2.5 Os fundamentos específicos de sua admissibilidade estão na CF e não no CPC	191
2.6 O pré-requisito da <i>repercussão geral da questão constitucional</i> (CF, § 3.º do art. 102 – EC 45/2004).....	196
2.7 A execução que se faça na pendência do RE e do REsp é provisória	217

CAPÍTULO VI

1. O sistema de admissibilidade dos recursos	235
2. CF: art. 102, III, a (recurso extraordinário por contrariedade à Constituição), e art. 105, III, a (recurso especial por contrariedade ou negativa de vigência a tratado ou lei federal). Alcance das expressões “contrariar” e “negar vigência”	240
2.1 Uma visão sobre os tipos de sentença afrontosos à norma	251
2.2 A contrariedade ou negativa de vigência a tratado federal	264
3. O que se entende por “lei federal”?	270
4. Sobrevida a Súmula 400 do STF?	277
5. Decisão que declarou a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal: a hipótese do recurso extraordinário pelo art. 102, III, b, da CF	287
6. Acórdão que julgou válido <i>ato de governo local</i> contestado em face de lei federal: hipótese de REsp pelo art. 105, III, b (EC 45/2004). Se o texto (<i>lei ou ato de governo local</i>) validado na decisão recorrida fora contestado em face da CF: hipótese de RE pelo art. 102, III, c. Se o texto (<i>lei local</i>) validado na decisão recorrida fora contestado em face de lei federal: hipótese de RE pelo art. 102, III, d (EC 45/2004)	295
6.1 O prequestionamento da matéria objeto dos recursos extraordinário e especial	307
7. Decisão que deu à lei federal interpretação divergente da atribuída por outro Tribunal: a hipótese do recurso especial, pela alínea c do art. 105, III, da CF	326

CAPÍTULO VII

1. A “adesão” nos recursos extraordinário e especial	353
2. O RE e o REsp interpostos em modo retido.....	368
3. A interposição simultânea do RE e do REsp.....	383
4. O direito intertemporal e seus reflexos nos recursos extraordinário e especial.....	399
5. Na Justiça do Trabalho.....	409
6. Sobre os recursos extraordinário e especial em matéria penal.....	426
BIBLIOGRAFIA	435

APÊNDICE

1. Textos legais:	451
1.1 Constituição Federal	451
1.2 Código de Processo Civil.....	452
2. Regimentos Internos de Tribunais	458
2.1 Supremo Tribunal Federal.....	458
2.2 Superior Tribunal de Justiça	462
2.3 Tribunal Regional Federal da 3. ^a Região	464
2.4 Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.....	466
3. Súmulas	471
3.1 Supremo Tribunal Federal.....	471
3.2 Superior Tribunal de Justiça	475
VOLUMES PUBLICADOS NESTA SÉRIE	479